

Setor pirotécnico critica proibições em cidades e zonas costeiras

written by Maria Paulo | 20 de Agosto, 2025



A ANEPE lembra que *“o verão representa mais de metade do volume de negócios e estão em causa cerca de 15.000 postos de trabalho diretos e indiretos”*. E pede que situação de alerta exclua zona costeira.

A associação de empresas pirotécnicas criticou esta quarta-feira a *“aplicação indiscriminada”* de despachos de alerta de incêndio em todo o país, os quais proíbem os fogos-de-artifício até em cidades e zonas costeiras, onde *“o risco é praticamente nulo”*.

Numa nota enviada à agência Lusa, a Associação Nacional de Empresas de Produtos Explosivos (ANEPE), que já tinha alertado para os avultados prejuízos que as empresas do setor estão a ter este ano devido aos fortes incêndios, considera que os alertas emitidos pelo executivo devem excluir os contextos urbanos e costeiros, para dar algum fôlego financeiro à atividade.

“O setor está solidário com o país neste momento de tragédia e reafirma que a segurança é prioridade absoluta, mas não aceita ser visto como responsável por um problema que não tem origem na pirotecnia. Recorde-se que, por lei, não há espetáculos em áreas florestais há quase 20 anos”, lembra a ANEPE.

Para a associação, esta decisão do Governo, que vigora desde 2 de agosto, ***“tem efeitos devastadores”***, já que ***“o verão representa mais de metade do volume de negócios e estão em causa cerca de 15.000 postos de trabalho diretos e indiretos”***. Entre as medidas possíveis, a ANEPE defende ***“decisões baseadas em critérios técnicos claros”***, como os mapas de perigo de incêndio do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e a avaliação concreta de cada local.

“É fundamental distinguir zonas florestais de contextos urbanos e costeiros”, salienta, recordando que ***“os espetáculos já obedecem a planos de segurança rigorosos, validados por bombeiros, forças de segurança e autarquias”***.

A ANEPE lamenta ainda que o Governo não tenha demonstrado disponibilidade para ouvir o setor. ***“Muitas empresas e profissionais vivem hoje em suspenso, sem informação clara e a conhecer as decisões apenas pelos meios de comunicação social”***, dizem.

A ANEPE apela ao Governo para que ***“abra de imediato canais de diálogo com o setor, de forma a encontrar soluções equilibradas que protejam simultaneamente as florestas e os milhares de postos de trabalho que dependem desta atividade”***.

Portugal continental tem sido afetado por múltiplos incêndios rurais de grande dimensão desde julho, sobretudo nas regiões Norte e Centro.

Os fogos provocaram três mortos, incluindo um bombeiro, e vários feridos, alguns com gravidade, e destruíram total ou parcialmente casas de primeira e segunda habitação, bem como explorações agrícolas e pecuárias e área florestal. Segundo dados oficiais provisórios, até hoje, 20 de agosto, arderam mais de 222 mil hectares em todo o país.

OC/MP